

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

RESOLUÇÃO Nº 06, DE 13 DE ABRIL DE 2018.

“Institui no âmbito do Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista - CIOP, o Sistema de Controle Interno e dá outras providências”.

A Assembleia Geral Extraordinária aprovou, em reunião do dia **13 de abril de 2018**, e eu, Presidente do Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista - CIOP, sanciono a seguinte Resolução:

CAPÍTULO I DA INSTITUIÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do CIOP, o Sistema de Controle Interno, nos termos do que dispõe os artigos 70 e 74 da Constituição Federal, do art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal e art. 42 do Estatuto do CIOP.

CAPÍTULO II DA FISCALIZAÇÃO E SUA ABRANGÊNCIA

Art. 2º - A fiscalização do CIOP será exercida pelo Sistema de Controle Interno, que compreende o conjunto de atividades relacionadas com o acompanhamento e avaliação das ações do CIOP, da gestão desempenhada por seus membros e dos atos dos responsáveis pela aplicação dos recursos alocados por meio do repasse constitucional, com atuação prévia, concomitante e posterior aos atos administrativos, tendo, dentre outras, as seguintes atribuições:

- I** - verificar a consistência dos dados contidos no Relatório de Gestão Fiscal;
- II** - verificar a adoção de providências para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos limites de que trata a LRF;

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

III - verificar a observância dos limites e das condições para inscrição em Restos a Pagar;

IV - verificar a destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e legais, em especial as contidas na LRF;

V - avaliar o cumprimento das diretrizes e metas estabelecidas no Plano Plurianual - PPA e na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, conforme inciso VI do Estatuto do CIOP;

VI - - avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional;

VII - fiscalizar e avaliar a execução dos contratos e programas do CIOP;

VIII - apurar os atos ou fatos ilegais ou irregulares, praticados por agentes públicos ou privados, na utilização de recursos públicos, dando ciência ao Tribunal de Contas do Estado;

IX - verificar a legalidade e a adequação aos princípios e regras estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93, referentes aos procedimentos licitatórios e respectivos contratos efetivados e celebrados;

X - apoiar os serviços de fiscalização externa, fornecendo, inclusive, os relatórios de auditoria interna produzidos.

CAPÍTULO III

DA CRIAÇÃO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO E SUA COMPETÊNCIA

Art. 3º - Fica criada a Unidade de Controle Interno – UCI, subordinada diretamente ao Presidente do Conselho Fiscal, como órgão de assessoria e consulta direta, a qual compete à organização dos serviços de controle interno e a fiscalização do cumprimento das atribuições do Sistema de Controle previstos no art. 2º desta Resolução.

Art. 4º - O Controle Interno será realizado nas seguintes modalidades:

I - controle preventivo, efetuado com a finalidade de evitar a ocorrência de erros, desperdícios ou irregularidades na gestão administrativa;

II - controle corretivo, visando à adoção de ações corretivas, após a detecção de erros, desperdícios ou irregularidades na gestão administrativa.

Parágrafo único - As atividades de controle, sempre que possível, deverão ser exercidas de forma concomitante aos atos controlados.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

CAPITULO IV DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

Art. 5º - A UCI será exercida por um Servidor Controlador Fiscal nomeado pelo Presidente do CIOP que se manifestará através de relatórios, auditorias, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a identificar e sanar as possíveis irregularidades.

Art. 6º - O Servidor Controlador Fiscal será nomeado por Portaria em até 15 dias do início de cada legislatura e terá mandato equivalente ao período da mesma, somente podendo ser destituído por falta grave, improbidade ou por solicitação formal para o desligamento da função.

Art. 7º - O Servidor Controlador Fiscal deverá, em cumprimento ao disposto no parágrafo único do artigo 54 da Lei Complementar nº 101/2000, assinar o Relatório de Gestão Fiscal, em conjunto com as autoridades responsáveis.

Art. 8º - No desempenho de suas atribuições constitucionais e as previstas nesta Resolução, o Servidor Controlador Fiscal poderá emitir instruções normativas, de observância obrigatória no âmbito do CIOP, com a finalidade de estabelecer a padronização sobre a forma de controle interno e esclarecer as dúvidas existentes.

Art. 9º - As instruções normativas deverão ser publicadas em conformidade com a publicação dos demais atos administrativos, encaminhando-se cópia para todos os setores que lhe estejam submetidas para que dela tomem ciência.

Art. 10 - Para assegurar a eficácia do controle interno, a UCI efetuará ainda a fiscalização dos atos e contratos da Administração de que resultem receita ou despesa, mediante técnicas estabelecidas pelas normas e procedimentos de auditoria.

CAPÍTULO V DA APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES E RESPONSABILIDADES

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Art. 11 – Verificada a ocorrência de alguma irregularidade ou da ilegalidade, o Servidor Controlador Fiscal dará ciência de imediato ao Presidente do Conselho Fiscal, através de relatório circunstanciado, indicando as providências que poderão ser adotadas para:

- I** - corrigir a ilegalidade ou irregularidade;
- II** - ressarcir o eventual dano causado ao erário;
- III** - definir os procedimentos a serem adotados para que não mais ocorra fato semelhante.

Parágrafo Único - Não sendo sanável a irregularidade ou ilegalidade, deverá o Servidor Controlador Fiscal relatar ao Tribunal de Contas do Estado o ocorrido e as medidas adotadas.

CAPÍTULO VI DO APOIO AO CONTROLE EXTERNO

Art. 12 - No apoio ao Controle Externo, a UCI deverá exercer, dentre outras, as seguintes atividades:

- I** - organizar e executar, por iniciativa própria ou por solicitação do Tribunal de Contas, a programação quadrimestral de auditoria contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas sob seu controle, mantendo a documentação e relatório organizados, especialmente para verificação do Controle Externo;
- II** - realizar auditorias nas contas dos responsáveis sob seu controle, emitindo relatórios, recomendações e pareceres.

CAPÍTULO VII DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

Art. 13 - O Servidor Controlador Fiscal deverá encaminhar a cada 4 (quatro) meses, Relatório Geral de Atividades ao Presidente do Conselho Fiscal.

CAPÍTULO VIII DA INSTITUIÇÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA E LOTAÇÃO DE SERVIDOR NA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Art. 14 – Fica criada a Função Gratificada de Servidor Controlador Fiscal.

§ 1º - A designação da Função Gratificada de que trata este artigo caberá unicamente ao Presidente do CIOP, dentre os servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, mediante a seguinte ordem de preferência:

- a) possuir, obrigatoriamente, nível superior nas áreas das Ciências Contábeis, Econômicas, Jurídicas e Sociais ou Administração;
- b) possuir idoneidade moral e reputação ilibada;
- c) ter desenvolvido projetos e estudos técnicos de reconhecida utilidade para o CIOP; ou
- d) maior tempo de experiência na administração pública.

§ 2º - Não poderão ser designados para o exercício da Função Gratificada de que trata o caput, os servidores que:

- I - sejam ocupantes de cargos comissionados;
- II - sejam contratados por excepcional interesse público;
- III - cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até 3º (terceiro) grau, do Presidente, Vice-Presidente e membros do Conselho Diretor e Fiscal;
- V - tiverem sofrido penalização administrativa, civil ou penal transitada em julgado;
- VI- servidores que tiverem suas contas, na qualidade de gestor ou responsável por bens ou dinheiro público, julgadas irregulares pelo Tribunal de Contas do Estado;
- V - exerçam cargos nas comissões de partidos políticos.

§ 3º - Ao Servidor Controlador Fiscal será concedido um adicional de remuneração equivalente a 50% (cinquenta por cento) de seu salário base.

Art. 15 - O Servidor Controlador Fiscal poderá, nos termos da legislação vigente, solicitar a contratação de especialistas para apoio e assessoramento, notadamente no que tange à tecnologia da informação, engenharia e arquitetura, gestão administrativa, administração financeira de recursos humanos, gestão de processos de trabalho, métodos de mensuração, entre outras especializações técnicas.

CAPÍTULO IX

DAS GARANTIAS DOS INTEGRANTES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Art. 16 - Constitui-se em garantias do ocupante da função de Servidor Controlador Fiscal:

I - independência profissional para o desempenho das atividades, na administração direta e indireta;

II - o acesso a quaisquer documentos, informações em banco de dados indispensáveis e necessários ao exercício das funções de controle interno.

§ 1º - O agente público que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento, ou obstáculo à atuação da UCI no desempenho de suas funções institucionais, ficará sujeito à pena de responsabilidade administrativa, civil e penal.

§ 2º - Quando a documentação ou informação prevista no inciso II deste artigo, envolver assuntos de caráter sigiloso, a UCI, deverá dispensar tratamento especial de acordo com o estabelecido pelo Presidente do Conselho Fiscal.

§ 3º - O Servidor Controlador Fiscal deverá guardar sigilo sobre dados e informações pertinentes aos assuntos a que tiver acesso em decorrência dos exercícios de funções, utilizando-os, exclusivamente, para a elaboração de pareceres e relatórios destinados à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

CAPITULO X DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 17 – Ao Servidor Controlador Fiscal que cumprir integralmente seu respectivo mandato, é assegurada a incorporação da gratificação prevista no § 3º do art. 14.

Art. 18 - As despesas decorrentes da execução desta Resolução correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente sendo suplementadas se necessário.

Art. 19 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Presidente Prudente/SP, 13 de abril de 2018.

AILTON CESAR HERLING
PRESIDENTE - CIOP